

Ambiente. Unidade de proteção integral, o primeiro parque nacional do Brasil abriga propriedades privadas irregulares, entre as quais um hotel pertencente ao atual prefeito; minuta do plano propõe 'área de especial interesse' para permitir construções particulares

Novo plano diretor ameaça conservação do Parque Nacional do Itatiaia, no RJ



Felipe Werneck / RIO

No momento em que a regularização fundiária do Parque Nacional do Itatiaia começa a sair do papel, a unidade de conservação está ameaçada por uma revisão do plano diretor do município, no sul fluminense. Criado em 1937 por Getúlio Vargas, o Itatiaia é o primeiro parque nacional do Brasil.

A minuta do plano propõe uma gestão compartilhada com a prefeitura e a criação de uma "área de especial interesse" no local que concentra as propriedades privadas dentro do parque, hoje irregulares por se tratar de uma unidade de proteção integral.

Dono de um hotel localizado nesse trecho, o prefeito de Itatiaia, Luiz Carlos Ferreira Bastos (PP), diz que está "propondo uma solução para uma área que é urbana". Segundo ele, o plano deve ser encaminhado no mês que vem para a Câmara Municipal, que ainda precisa aprová-lo.

Accionada pela direção do parque, a Advocacia-Geral da União (AGU) emitiu parecer que questiona a competência constitucional do município para criar regras quanto ao uso e a ocupação do solo em área federal.

O chefe do parque, Gustavo Tomzhinski, afirma que a mudança incluída no plano diretor é ilegal e vê a medida como uma

• Direito

RUY SALDANHA

SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO DE ITATIAIA

"E se aquelas famílias que estão lá há cem anos fossem quilombolas ou índios? Só porque são brancos não têm o seu direito reconhecido."

estratégia dos moradores para continuar no local. "É uma proposta meramente política, sem validade jurídica." Se o plano for aprovado, o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), vinculado ao Ministério do Meio Ambiente, vai contestá-lo na Justiça. O prefeito é dono do Hotel Ypê, que funciona desde 1970, onde mora com a família. A diária mais barata para casal custa R\$ 330. Eleito com o nome Luiz Carlos Ypê, ele disse que está "tomando o cuidado" de não se "envolver muito" na discussão do plano e indicou o secretário municipal de Planejamento, Ruy Saldanha, para detalhar o projeto.

Conflito. Questionado sobre a hipótese de conflito de interesse pelo fato de o prefeito ser um dos eventuais beneficiados, o secretário afirmou que a proposta partiu da associação de moradores e declarou: "Pelo contrário. Em momento algum ele (o prefeito) se intrometeu. Hoje as pessoas brigam tanto pelo direito do homossexual e não brigam pelo direito de uma pessoa ter uma propriedade".

O chefe do parque diz que já foram encaminhados ofícios para a prefeitura questionando a proposta, mas o secretário afirma que a mudança "será mantida". Saldanha disse ter uma "visão municipalista" da questão. Segundo ele, a mudança no zoneamento teria "caráter transitório".

"A medida que forem desapropriando (as casas), ela será extinta. O que se quer é um reconhecimento dos que estão morando ali. São 195 propriedades. Eles pagam IPTU, têm luz, telefone, transporte público, coleta de lixo, todos os serviços urbanos. Até a prefeitura tem áreas lá dentro." Tomzhinski afirma que há cerca de cem imóveis, a maioria casas de veraneio. "Apenas 10% dos proprietários são pessoas que moram aqui, talvez nem isso."

O secretário afirma que as discordâncias com o órgão ambiental foram geradas por um "fato



Irregular. Construção dentro da área do Hotel Ypê, que fica no parque do Itatiaia e é do prefeito Luiz Carlos Ferreira Bastos

autoritário", referindo-se ao decreto que ampliou a área do parque, em 1982, de 11,9 mil para 30 mil hectares – segundo ele, "sem ouvir a população". A Associação dos Amigos do Itatiaia tenta anular a ampliação na Justiça.

Vice-presidente da entidade, Igold Knoch, de 78 anos, morador desde 1989, afirma que a luta é para que o núcleo de 1,3 mil hectares seja reconhecido como bairro. "Juridicamente não existimos. Fomos incluídos indevidamente no perímetro do parque." Ele diz que teme receber um valor muito baixo e avalia em R\$ 250 mil sua casa de três quartos e o terreno, de 1,2 mil metros quadrados. "O pessoal do parque é radical. Somos mais ecologistas que eles, cuidamos disso aqui."

Valor necessário para indenizações é controverso

• A prefeitura de Itatiaia e o ICMBio discordam quanto ao valor necessário para indenizar todos os moradores. Para o secretário municipal de Planejamento, Ruy Saldanha, serão necessários, "no mínimo", de R\$ 300 milhões a R\$ 400 milhões. Já o responsável pela regularização fundiária e ex-diretor do parque, Walter Behr, analista do ICMBio, estima que o valor fique entre R\$ 30 milhões e R\$ 50 milhões (sem incluir o gasto para

recuperar as áreas danificadas).

Para Saldanha, o objetivo do ICMBio é desvalorizar as propriedades. "É quase um Estado nazifascista verde. Estão desrespeitando o direito de propriedade e o direito de ir e vir", afirmou.

Behr diz que o critério para avaliação dos terrenos e benfeitorias tem como base o valor de mercado. Segundo ele, a proibição da entrada de material de construção, questionada pelo secretário, foi uma medida para evitar ampliações e novas construções.

O processo de regularização fundiária só começou em 2009. Até agora foram compradas quatro propriedades, entre elas um sítio de 37 hectares que abriga

Cachoeira do Escorrega, em Visconde de Mauá, por R\$ 1,1 milhão.

Mais quatro negociações estão fechadas, faltando apenas a assinatura do presidente do ICMBio para a escritura. Outras 14 foram iniciadas, diz Behr.

"Em mais de 70 anos, nada foi feito. Hoje, é realista a possibilidade de termos o passivo fundiário resolvido no prazo de 10 a 15 anos", diz Behr. "Começamos com a parte mais fácil." As negociações com donos dos três hotéis em funcionamento e de um desativado ainda não começaram. Dono do Hotel Ypê, o prefeito de Itatiaia disse que aceitaria um acordo para sair, caso seja oferecido um "valor justo". / F.W.

Salário de professores de SP vai subir 8,1%



Paulo Saldanha

A gestão Geraldo Alckmin (PSDB) vai ampliar o reajuste sa-

larial dos professores. Docentes e servidores da educação terão aumento de 8,1% neste ano, em vez dos 6% definidos em 2011. A decisão tenta compensar a perda pela inflação, que, no passado, foi de 5,84% (IPCA). Representantes sindicais criticaram.

O governo encaminha hoje para a Assembleia Legislativa o projeto de lei complementar que de-

fine os valores. Com os 8,1%, o piso salarial de início de carreira, de 40 horas semanais, deve passar a R\$ 2.257,84. Em 2014, com os 7% de reajuste previsto, o valor deve ser de R\$ 2.415,89.

O reajuste vale (a partir de 1.º de julho) para 415 mil servidores. Desse total, 219 mil são professores e 145 mil, inativos. A ampliação do reajuste vai cus-

tar R\$ 165 milhões.

O anúncio reflete na política salarial anunciada por Alckmin em 2011, com reajustes previstos até 2014. Com a atualização do salário, o aumento do salário-base do professores vai variar 45,1% entre 2011 e 2014. "Valorizar nossos profissionais é imprescindível para conseguirmos aprimorar a qualidade do

ensino", disse o secretário de Educação, Herman Voorwald.

Críticas. A Apeoesp, sindicato da categoria, entende que o reajuste não representa ganho real. "Pelo menos demonstra que (a política) não vai ficar congelada, mas o problema é o percentual. Os dois pontos são vergonhosos", diz a presidente da Apeoesp, Maria Izabel Noronha. "Não houve compensação da inflação do ano passado e de 2011. Teria de ser, no mínimo, 12% nes-

se para se falar em ganho real."

A categoria reclama que, em 2011, os percentuais da política levaram em conta gratificações que já vinham sendo pagas, como os 5% da Gratificação por Atividade de Magistério (GAM). O presidente do Centro do Professorado Paulista (CPP), José Maria Cancellieri, diz que o pacote do governo foi feito em cima da defasagem. "Mesmo com os 8%, ainda ficam devendo no mínimo outros 3% da gratificação. Sem contar a inflação desde 2011."

Mobilidade na Jornada Mundial da Juventude preocupa organização

Durante o evento que trará o papa Francisco ao Rio, a cidade terá 25 mil ônibus a mais; favelas hospedarão peregrinos

Luciana Nunes Leal / RIO

• A 98 dias da Jornada Mundial da Juventude (JMJ), de 23 a 28 de julho, com a presença do papa Francisco, a mobilidade de 2 milhões de peregrinos – e não a segurança – é a maior preocupação dos organizadores. O secretário executivo da JMJ, monsenhor Joel Portella Amado, disse ontem que o "deslocamento em to-

D. Cláudio apoia reforma da Cúria Romana

• O cardeal d. Cláudio Hummes, prefeito emérito da Congregação para o Clero, elogiou a escolha dos oito cardeais pelo papa Francisco para ajudá-lo a governar a Igreja e preparar um projeto de

da a cidade" é mais preocupante que o acesso à vigília e à missa de encerramento, em Guaratiba (zona oeste), onde a previsão é

revisão da Constituição Apostólica Pastor Bonus (Bom Pastor) sobre a Cúria Romana, que, em sua opinião, deverá passar por uma reforma urgente. "É preciso redesenhar a Cúria Roma para torná-la mais ágil e leve, porque ela cresceu muito, de puxadinho em puxadinho, com a criação de conselhos e comissões que lutam para ter mais prestígio", disse. / JOSÉ MARIA MAYRINK

de 13 quilômetros de caminhada até o local da celebração.

Durante a JMJ, o Rio receberá 25 mil ônibus além da frota de 9

mil coletivos municipais. A maior parte dos ônibus extras não poderá circular pela cidade: eles passarão por um ponto para desembarcar dos passageiros e depois serão levados a áreas de estacionamento.

Os detalhes de transporte deverão ser fechados até o início da semana que vem, a tempo de serem apresentados ao representante do Vaticano Alberto Gasbarri, responsável pelas viagens internacionais do papa, que chega na próxima terça-feira. A expectativa do comitê organizador é de concluir a agenda do papa Francisco até o dia 27. Um dos pontos a definir é a favela pacificada que será visitada pelo pontífice.

Uma das medidas tomadas pela prefeitura para diminuir o movimento na cidade foi a ampliação do período de férias nas escolas municipais, que serão de 18 de julho a 1.º de agosto, com uma

semana a mais de duração. Está em estudo transformar os dias 25 e 26 de julho, quinta e sexta, em feriados.

Hospedagem. Levantamento do comitê organizador mostra que estão garantidas 250 mil vagas para peregrinos. Não há informações sobre quantos ficarão em comunidades pacificadas.

A zona oeste concentra 31% das vagas. Seis dos dez bairros onde há mais vagas ficam na zona oeste. Na zona sul, o bairro líder é Botafogo. Na zona norte, Tijuca. Os peregrinos serão distribuídos de acordo com o idioma que falam.

Outro levantamento mostra que, dos 7,5 mil voluntários estrangeiros, a maioria (672) é de argentinos, seguida de 439 colombianos, 400 mexicanos, 271 poloneses e 211 peruanos. / COLABOROU LIANA LEITE

Brasil voltará a produzir insulina

BELO HORIZONTE

Dependente das importações desde 2001, o Brasil voltará a fabricar insulina humana, graças a uma parceria entre a Fiocruz, ligada ao Ministério da Saúde, e o laboratório Biommm. O investimento será de R\$ 430 milhões.

No anúncio, a presidente Dilma Rousseff equivocou-se em relação à data em que a insulina chegará ao mercado. "Temos a certeza de que, em 2014, colocaremos a insulina nas farmácias populares e conseguiremos mudar a história do Brasil." Segundo o ministério, a produção começará em 2015 e chegará ao mercado em 2017. / ALINE RESKALLA